

CONJUNTURA DO VENENO: AGROECOLOGIA E CARTOGRAFIA SOCIAL COMO PILARES DE RESISTÊNCIA

Joanna Amarante Silva Cavalcanti¹

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

E-mail: joannaamarante@gmail.com

Janaína Gaby Trevisan²

Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil

E-mail: janainaggt@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por objetivo socializar e refletir a respeito das vivências que foram proporcionadas pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, no ano de 2019 e finalizadas no ano de 2020, através de cursos de formação, em quatro fases e em regiões distintas do Brasil, que tiveram como centralidade o estudo e proposições de enfrentamento ao modelo da agricultura do agronegócio, agrotóxicos e transgênicos no país e a afirmação da agroecologia como caminho para uma vida orgânica em todos os sentidos. O relato de experiência abordado aqui tem como premissa a dinâmica de trabalhos a partir da metodologia da Cartografia Social, ferramenta com a qual contribuimos, no formato de oficinas, para a troca de conhecimentos da formação e que nos permitiu um diálogo de saberes com os sujeitos envolvidos, além de possibilitar o uso desta como uma extensão das metodologias abordadas pelos sujeitos no tempo-comunidade, em suas práticas e em seus territórios.

Palavras-chave: Cartografia Social; Agroecologia; Agrotóxicos.

POISON SCHEME: AGROECOLOGY AND SOCIAL CARTOGRAPHY AS PILLARS OF RESISTANCE

Abstract

This present article aims to reflect upon and to make accessible the experiences provided by the Permanent Campaign Against Pesticides and Pro-Life (Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida), which took place in 2019 and was concluded in 2020 through the training courses that occurred in four stages and in different parts of Brazil. The core of these courses was the study and proposal of confronting the agriculture and agribusiness model, pesticides and transgenics in the country, and the affirmation of agroecology as the path to organic life in all ways. The narrative addressed here has as a premise the dynamics of work from the Social Cartography Methodology, an apparatus that we share by providing workshops to exchange knowledge of our formal education and that has allowed us a dialogue among different knowledge entities and the individuals involved, besides, it enables the use of this tool as an extension of the methodologies approached by the individuals in the time-community, in their practices and their territories..

Key words: Social Cartography; Agroecology; Pesticides.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA).

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra (ENCONTTRA).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê "Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

COYUNTURA DEL VENENO: AGROECOLOGÍA Y CARTOGRAFÍA SOCIAL COMO PILARES DE RESISTENCIA

Resumen

El presente artículo objetiva socializar y reflexionar sobre las vivencias que han sido brindadas por la *Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida*, en el año 2019 y finalizadas en el año 2020, a través de cursos de formación, en cuatro fases y en regiones distintas de Brasil. Dichas vivencias han tenido como enfoques el estudio y proposiciones de enfrentamiento al modelo de la agricultura del agronegocio, agrotóxicos, transgénicos en el país y la afirmación de la agroecología como camino para una vida orgánica en todos los sentidos. El relato de experiencia abordado en esta oportunidad tiene como premisa la dinámica de trabajos a partir de la metodología de la Cartografía Social, herramienta con la cual contribuimos, en el formato de talleres, en el intercambio de conocimientos de formación y que nos ha permitido un diálogo de saberes con los sujetos involucrados. Además, se posibilita el uso de la Cartografía Social como una extensión de metodologías abordadas por los sujetos en el tiempo-comunidad, en sus prácticas y en sus territorios.

Palabras-clave: Cartografía Social; Agroecología; Agrotóxicos.

Introdução

Acreditamos que o fazer comum, no coletivo, é uma das chaves possíveis para acessar outras formas de ser e estar no mundo. A potência que permeia as relações que se constroem a várias mãos possui uma capacidade de transformação que é tecida por vários fios condutores. Nessa dinâmica se deu a construção dos cursos de formação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, no ano de 2019 e finalizado no ano de 2020, uma costura que desfez os limites das fronteiras entre os lugares e que alinhavou, em um único propósito, diversos territórios, sujeitos e vozes brasileiras. Os pontos miúdos foram cosidos na convivência, que embora rápida, fora intensa, no aprender a fazer juntos e na partilha de saberes. A tessitura era uma só: enfrentar os agrotóxicos (e suas consequências sociais, políticas e econômicas presentes de forma intensa na conjuntura atual) e propor a agroecologia como filosofia de vida, no sentido de uma vida orgânica, cíclica e sem exploração humana e/ou da natureza.

Para confrontar a lógica do agronegócio – agricultura baseada na monocultura, exploração e uso intensivo de agrotóxicos – foi preciso conhecê-la; para preconizar a agroecologia como a garantia da reprodução da vida saudável, foi preciso, além de também conhecê-la, articular, experimentar, fazer caminhar a palavra. E para isso, em três fases distintas, abrangendo as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil, a

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida proporcionou momentos de formação entre e com instituições de ensino, pesquisa e extensão, movimentos sociais e populares, militantes Sem Terra, comunidades indígenas e quilombolas e pesquisadores, em um movimento de palestras, estudos, informações, aulas, trabalhos práticos, tempo-comunidade, cartografias e também de muita mística, gritos de ordem e atividades culturais. O diálogo de saberes foi a sinergia que deu combustão para que essa imersão toda fosse possível em seus quatro momentos formativos.

Dessa forma, nós, autoras do presente texto, reunimos nossos esforços para sociabilizar a experiência dessa vivência múltipla do curso em questão, demonstrando a agressividade com a qual o Estado brasileiro tem deliberado autorizações de novos registros de agrotóxicos e como a agroecologia tem se configurado como um modelo político de enfrentamento recorrente para viabilizar novas formas de (re)produzir, ser e viver. Nossa interlocução com o curso se apresenta em nossas oficinas de Cartografia Social, ofertadas com o intuito de promover o reconhecimento territorial dos participantes, bem como a reafirmação de seu território, suas potencialidades e resistências, seus anúncios e suas denúncias.

Assim, o presente artigo está organizado em três seções: na primeira seção contextualizamos como os agrotóxicos tem se perpetuado dentro do território brasileiro, em solo, mas também em liberações e autorizações que evidenciam uma nítida falta de preocupação com a vida e uma sobra de importância aos poderes do agronegócio, políticos, econômicos e internacionais que giram em torno dessa trama. Na segunda seção apresentamos a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida como ação de resistência, formação e como um movimento para pleitear os retrocessos sociais, econômicos e produtivos, causados pelo uso e pela comercialização de agrotóxicos. Já na terceira seção nos debruçamos especificamente no curso de formação oferecido pela Campanha, em 2019-2020, através do recorte de nossa atuação pela exposição da metodologia da Cartografia Social e na possibilidade desta como ferramenta de enfrentamento dos sujeitos em seus territórios.

“Passando a boiada”: a lógica do agronegócio/agrotóxicos e o Estado brasileiro.

Na data de 22 de abril de 2020, dia em que o Brasil contabilizava 2.294 mortes³ pela Covid-19 (doença provocada pelo novo coronavírus) acontecia uma reunião ministerial, que teve vídeo⁴ de sua íntegra divulgada após 30 dias, disponibilizado pelo Supremo Tribunal Federal, quando o Brasil somava 21.116⁵ mortes pela doença, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde. Nesta reunião o atual Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fala em aproveitar o momento de pandemia para *“passar reformas infralegais de regulamentação, simplificação”*, exigindo ainda que para isso, em suas palavras, *“é preciso ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid... e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas. De IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), de ministério da Agricultura, de ministério de Meio Ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. Agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação”*, afirmou o ministro.⁶ Passar a boiada significa regulamentar ações ilícitas no que concerne ao meio ambiente, incluindo aqui as ações que facilitam a entrada do agronegócio em áreas protegidas por lei. Passar a boiada quer dizer então, agir na ilegalidade, “aproveitando” o momento de pandemia que vem assolando o mundo todo, para que o atual desgoverno brasileiro possa atuar ainda mais em seu obscurantismo político, em seu perigoso silêncio e falta de pronunciamento diante das mais de 20.000 mortes que registramos em um mês.

A primavera silenciosa está entre nós. Nos anos de 1960, Rachel Carson, bióloga marinha e ecologista norte-americana, anunciava para o mundo que este não seria mais o mesmo. Na mesma época, os Estados Unidos consolidava e exportava para o mundo a ‘Revolução Verde’, com a América Latina sendo sua principal base de testes. Carson surge

³ Os dados sobre a Covid-19 podem ser acompanhados em tempo real pela página <<https://covid.saude.gov.br/>>. (Acesso em maio/2020).

⁴ Para assistir o vídeo na íntegra, ver <<https://www.youtube.com/watch?v=TjndWfgiRQQ>>. (Acesso em maio/2020).

⁵ Os dados sobre a Covid-19 podem ser acompanhados em tempo real pela página <<https://covid.saude.gov.br/>>. (Acesso em maio/2020).

⁶ Essas e outras falas podem ser conferidas no Laudo de Perícia Criminal Federal, onde consta a transcrição completa da reunião, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal. Ver <https://d37iydjzbdkvr9.cloudfront.net/arquivos/2020/05/22/laudo_digitalizado.pdf>. (Acesso em maio/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

na contramão desse modelo e é pioneira nesse aspecto. Para ela, a primavera a partir de então se tornaria cada vez mais silenciosa e menos diversa.

A Revolução Verde surge no período pós-guerra, onde a população, arrasada por duas guerras, estava também devastada pela fome. Em um primeiro momento o movimento é vendido como um meio de mitigar a fome através de um aumento na produtividade, por meio da implementação de maquinários agrícolas e principalmente, de substâncias químicas no uso agrícola, entre elas: o VAR (Variação de Alto Rendimento) e os agrotóxicos, que junto com outros elementos formam o pacote tecnológico apresentado na época. Sobre os agrotóxicos, é importante destacar que estes surgiram como armas químicas na guerra⁷:

Findas as duas grandes guerras, a agroindústria foi o caminho encontrado pelas indústrias de armamentos para manter os grandes lucros: os materiais explosivos transformaram-se em adubos sintéticos e nitrogenados, os gases mortais, em agrotóxicos e os tanques de guerra, em tratores (Fideles, 2006). (RIGOTTO; ROSA, 2012, p. 88).

No Brasil a Revolução Verde chega no contexto de ditadura militar. Esse novo momento, cujo propósito era romper com a história da agricultura até então, e ser um passo rumo à modernidade, já que as inovações estavam muito atreladas ao meio científico, foi abraçada pelos ditadores brasileiros e sua sede pelo o que eles consideravam o progresso.

Nesse contexto, com a chegada do pacote verde ao Brasil e a fim de impulsionar a Revolução Verde, o Estado buscou e concretizou medidas que tinham como objetivo estimular e facilitar o acesso ao produto. Para isso, a redução e isenção de impostos foram fundamentais, com relação a essa política:

A Lei n. 3.244, de 1957, concedeu ao Conselho de Política Aduaneira competência para a redução total ou parcial das alíquotas de produtos importados. Para os agrotóxicos, o Conselho sempre concedeu isenção total até meados dos anos 1970. Em 1959, o Ministério da Fazenda

⁷ Um exemplo trágico a respeito do uso de agrotóxicos em conflitos é a Guerra do Vietnã, onde até hoje os vietnamitas e seus territórios sofrem diversas consequências, desde mutações humanas que perduraram gerações até a terra castigada em decorrência despejo do agente laranja na época. Ver <<https://contraosagrototoxicos.org/fabricante-de-agrotoxico-que-devastou-o-vietna-se-recusa-a-indenizar-vitimas/>> e <<https://mst.org.br/2017/12/09/agrotoxicos-como-arma-quimica-a-permanente-guerra-agraria-no-brasil/>>. (Acesso em maio/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

isentou esses produtos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, em 1969, isentou-os do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). (PELAEZ et al. 2015, p.159).

Além disso, Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) criado em 1965 também contribuiu de forma mais direta para que os agrotóxicos chegassem até os agricultores. Diante desse cenário, cada vez mais produções agrícolas passaram a ter como base os agrotóxicos, e conseqüentemente, mais agrotóxicos passaram a ser consumidos. Em 1989, o Congresso Nacional aprovou a primeira lei focada nos agrotóxicos (Lei nº 7.802/89), a fim de regulamentar a pesquisa, experimentação, produção, embalagem, rotulagem, transporte, armazenamento, fiscalização, entre outros. Segundo ela, os agrotóxicos seriam:

[...] os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento [...] (Art. 2º da Lei nº 7.802/89).

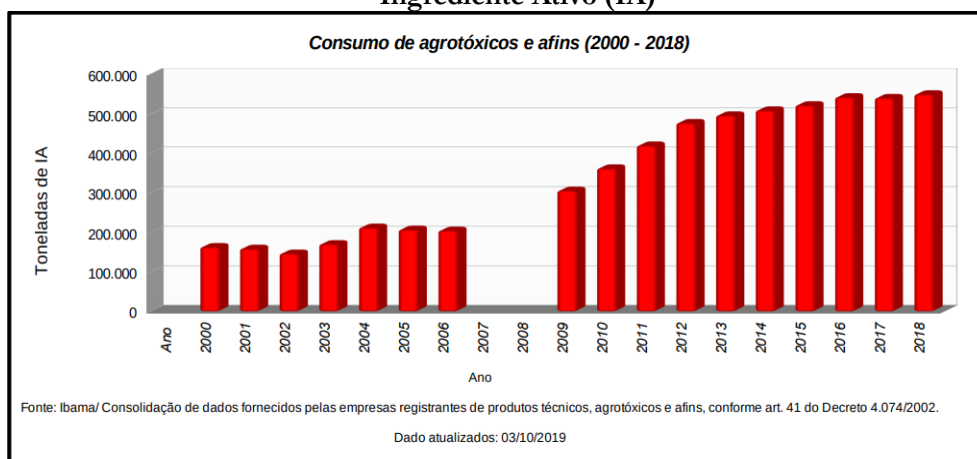
Essa nova fase da agricultura, impulsionada pelo pacote tecnológico da Revolução Verde, deu origem ao que hoje se popularizou como “agronegócio”, termo que tem origem em 1950 através dos norte-americanos John Davis e Ray Goldberg, e que no Brasil ganha espaço nas décadas de 1990 e 2000, junto com a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), fundada em 1993. O conceito de agronegócio se associa a transformação da agricultura em mercadoria, o trato dos alimentos como mercadoria e da agricultura como um negócio que visa o lucro.

Se aproximando ainda mais do que configura a conjuntura atual dos agrotóxicos no Brasil, outro decreto importante incorporado à lei dos agrotóxicos (Lei nº 7.802/89), foi aprovado no ano de 2002 (treze anos depois da lei de 1989): o Decreto de nº 4.074/02⁸, que visou esclarecer e atualizar as regulamentações da lei. Além deles, em 2006, o decreto

⁸ Ver <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm#_blank>. (Acesso em maio/2020). *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.*

de nº 5.981/06⁹ veio para incorporar novas medidas, principalmente no âmbito do registro dos produtos. Nesse sentido e já neste século, alguns dados são significativos: Em 2000, cerca de 313.824 toneladas de agrotóxicos foram vendidos no Brasil e em 2014, esse número chega a 914.220 toneladas vendidas, o que representa um crescimento de 191,31%¹⁰, maior crescimento em quinze anos. O crescimento do consumo por toneladas de Ingrediente Ativo (IA) também é alarmante, conforme demonstra a Figura 01:

Figura 01 – Crescimento do consumo por toneladas de Ingrediente Ativo (IA)



Em meio a esse avanço desenfreado de venda, consumo e uso de agrotóxicos, somos igualmente intoxicados por uma política que parece ruminar vestígios de tempos não tão distantes. Se na década de 60 uma das pautas reivindicadas pelo povo brasileiro dizia respeito à redistribuição de terras por meio de uma Reforma Agrária Popular, atualmente o conflito novamente ganha dimensão de uma disputa de terras, mas também de terras saudáveis, pois de acordo com dados apresentados por Caetano (2019), no site da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desde o golpe contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT), em maio de 2016, 1,2 mil novos agrotóxicos foram liberados no Brasil. Essa notícia, além de alarmante em quantidade, assusta em sua propriedade de articulação entre Estado, latifúndio e agronegócio, configurando uma tríade do veneno.

A política neoliberal que vem se reinventando no país nas duas últimas décadas - e extremamente sinalizada no governo atual - tem como uma de suas frentes de maior expansão o agronegócio, modelo de produção que consiste na alta concentração de terras

⁹ Ver <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4074.htm#_blank>. (Acesso em maio/2020).

¹⁰ Disponível em <<https://contraosagrototoxicos.org/dados-sobre-agrotoxicos/>>. (Acesso em maio/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

para produção e exportação de mercadorias provenientes da monocultura que só pode ser sustentada pelo uso desenfreado de venenos na terra. A liberação massiva do uso e consumo de agrotóxicos no Brasil, segundo Pacheco, Porto e Rocha (2015) tem como pano de fundo a inserção da economia brasileira no comércio internacional, com foco na exportação de commodities agrícolas, a exemplo da soja, carnes e biocombustíveis (álcool), para países da Europa e do Oriente Médio (BOMBARDI, 2017).

Para além do cenário nacional, a lógica dos agrotóxicos que impera no mundo é uma via de mão dupla, controlada pelas empresas que detém o controle hegemônico desse mercado, isto quer dizer:

[...] Mais recentemente as novas biotecnologias introduziram sementes transgênicas pelas mesmas empresas que fabricam os agrotóxicos, já que várias plantas transgênicas são desenvolvidas para serem resistentes a certos agrotóxicos, potencializando o uso destes, assim como para serem inférteis e criarem uma maior dependência dos agricultores às corporações que controlam os insumos. (PACHECO, PORTO e ROCHA, 2015, p.134).

Um exemplo disso pode ser a formulação do veneno conhecido como glifosato, criado no ano de 1950, pela então indústria líder do setor de sementes transgênicas de milho, trigo e soja, Monsanto, que em 2016 foi comprada pelo grupo farmacêutico alemão Bayer. Essa compra representou uma fusão global integrada: de um lado, pela maior produtora de pesticidas e sementes do mundo e de outro, por uma potência mundial de vendas de medicamentos farmacêuticos para saúde humana, animal e vegetal. Logo, vende-se o veneno e também o antídoto.

No Brasil, segundo dados apontados por Reis (2019), no site da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) no ano de 2019, além da liberação de 197 agrotóxicos no país, destes, 26% são expressamente proibidos em países da União Europeia, e dos 31 mais recentes, utilizados em solo brasileiro, ao menos três possuem como base o glifosato, substância considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como possível causadora de câncer¹¹.

¹¹ O estudo foi publicado em 2015, pela Agência Internacional para a Pesquisa do Câncer (AIPC), órgão ligado à Organização Mundial da Saúde. Intitulado “IARC Monographs Volume 112: evaluation of five organophosphate insecticides and herbicides”, o relatório completo, em inglês, pode ser consultado no link <<https://www.iarc.fr/wp-content/uploads/2018/07/MonographVolume112-1.pdf>>. (Acesso em setembro/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

A nocividade dos agrotóxicos, além de se alastrar na má nutrição do solo, na destruição de ecossistemas e na cultura alimentar de boa parte da população mundial, se perpetua inclusive nas principais cadeiras do poder público brasileiro, mais especificamente na bancada ruralista, frente parlamentar responsável por diversas ofensivas aos povos e comunidades tradicionais e uma das principais animadoras na aprovação e liberação do Pacote do Veneno¹². O ano de 2016 já nos permitiu degustar, de forma amarga e oculta - como o próprio veneno que está nos alimentos - o que seriam os anos seguintes do Estado brasileiro, com frentes neoliberais, neocoloniais e com um pacto a favor de poucos e contra muitos, em suas diversas manifestações sociais, culturais, econômicas, orgânicas, biológicas e etc.

Delgado (2013) descreve os meios pelos quais avança o pacto da economia do agronegócio e da imposição desse modelo nos diversos territórios, através de alguns aparatos ideológicos, dos quais destacamos a seguir: (1) a bancada ruralista, que legisla sobre interesses econômicos e privados de grandes proprietários de terras ligados ao agronegócio e constitui também uma frente parlamentar que constantemente tem praticado ofensivas aos territórios e aos direitos de povos e comunidades tradicionais; (2) a Associação de Agrobusiness (Associação Brasileira do Agronegócio), ativa na manutenção de propagandas com o intuito de ideologizar o modelo do agronegócio na visão popular; (3) diversos veículos midiáticos que impulsionam uma percepção de aceitação do modelo de agronegócio na sociedade; (4) a passividade de órgãos vinculados à regulação fundiária (INCRA, IBAMA, FUNAI) propositalmente inviabilizados de cumprirem com os princípios constitucionais de desapropriação de terras improdutivas, para fins de uso e função social e no impedimento da demarcação e identificação de terras indígenas e (5) a cooptação nos ambientes acadêmicos, de estudantes completamente avessos ao pensamento crítico e cada vez mais alinhado às ideias nocivas da atual bancada ruralista.

Esse enfrentamento se apresenta ainda mais difícil nos tempos atuais, com a ascensão de um Estado que auxilia na garantia e isenção de impostos para a comercialização e logística dos agrotóxicos, tanto para importação, quanto para exportação. Como se não bastasse o uso desenfreado e altamente perigoso do glifosato, por exemplo,

¹² Assim é conhecido o Projeto de Lei 6299/02, de autoria de Blairo Maggi, que flexibiliza a legislação e o uso dos agrotóxicos no Brasil. Ver em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>>. (Acesso em setembro/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

ao abrir jornais, notícias, artigos e livros, é alarmante o número de reportagens que constata a liberação de agrotóxicos desde o início do governo de Jair Bolsonaro (sem partido), que promove um verdadeiro desmanche no que concerne às questões de saúde pública, incluindo a promoção de um meio ambiente tomado pelo veneno, garantindo assim a consolidação e perpetuação do agronegócio no país, através e principalmente, por meio de despejos de comunidades tradicionais (envolvendo conflitos que provocam mortes de pessoas do campo) para sustento de atividades extrativistas, concentração fundiária e reprodução da monocultura.

A remoção de restrições aos agrotóxicos e a direção estratégica do Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente por ruralistas, torna urgente o enfrentamento do momento pela entrada da saúde (cuidado com a vida) e da alimentação saudável (soberania alimentar), pleiteando ações, movimentos e políticas públicas que coloquem a reprodução da vida orgânica, sem venenos, como disputa e centralidade, uma vez que mesmo em meio à pandemia que assola o mundo, o governo de Jair Bolsonaro autorizou somente neste ano (2020) 150 novos agrotóxicos e desde o início de seu mandato (2019) 474 novas substâncias foram autorizadas¹³.

No âmbito legislativo a Lei n.º 7.802, de 11 de julho de 1989 é que regulamenta sobre os agrotóxicos:

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

Atualmente, no Congresso Nacional, existem diversos projetos que tem por intenção alterar essa lei, dentre elas, a principal é o Projeto de Lei conhecido como a “PL do veneno”, n.º 6.299/2020, de autoria de Blairo Maggi, representante do agronegócio e apoiador da flexibilização da legislação para o uso e comercialização de agrotóxicos.

A PL do veneno tem por intuito restringir a competência dos estados na criação de leis regulamentadoras sobre o uso dos agrotóxicos, alegando que estes só podem

¹³ Ver <<https://contraosagrototoxicos.org/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-ja-liberou-150-novos-agrototoxicos-este-ano/>>. (Acesso em maio/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

elaborar normas que sejam “cientificamente fundamentadas”, sem explicar ao que tange de fato estes estudos científicos. Além disso, o Pacote do Veneno que está em tramitação no Congresso Nacional para aprovação, traz em suas proposições: a vedação da importação e produção de agrotóxicos limitada apenas aos que apresentam “riscos inaceitáveis”, sendo que atualmente a lei define claramente a proibição para agrotóxicos que revelem quaisquer características nocivas (características teratogênicas, carcinogênicas, mutagênicas, distúrbios hormonais e danos ao aparelho reprodutor); transferência de poderes de registro de agrotóxicos ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), bancada de apoio incondicional ao agronegócio; restringe a reavaliação à ocorrência de avisos aos órgãos internacionais; dispensa de órgão registrante todos os agrotóxicos destinados à exportação, dispensando-os também de estudos agronômicos, toxicológicos e ambientais, além de autorizar a recomendação de mistura em tanque de agrotóxicos, sob responsabilidade do engenheiro agrônomo, dentre outras medidas.¹⁴

Uma vez que o Brasil é colocado como o maior consumidor mundial de agrotóxicos nos últimos anos (CARNEIRO, et al., 2015), entendemos o perigo caso haja aprovação final da PL do veneno. Em 2021, com o intuito de contrapor esse possível cenário da intensificação dos agrotóxicos, é lançada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, construída com diálogo e participação da sociedade civil, que reconheceu os agrotóxicos como um dos principais limitantes para a promoção da agroecologia, modelo ao qual nos situamos a favor e politicamente nos posicionamos em defesa. Dessa política, resultou a criação do Programa Nacional de Redução de Agrotóxicos (PRONARA), com o objetivo de elaboração de proposta de redução das facilidades de produção, importação, registro e uso de agrotóxicos no Brasil. Percebendo a ameaça, o Ministério da Agricultura exerceu forte pressão sobre o Programa, que optou por transformar-se na Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA), apresentada à Comissão de Legislação Participativa pela Abrasco.

Em 2018 a PNARA foi aprovada na Comissão Especial da Câmara Federal e atualmente tramita em plenário para votação, juntamente com o Pacote do Veneno. Das propostas da PNARA encontram-se possíveis enfrentamentos à PL do veneno, tais como o estímulo a produções sustentáveis, a remoção de subsídios e de benefícios tributários para a

¹⁴ Para mais informações, ver <<https://terradedireitos.org.br/acervo/publicacoes/cartilhas/53/cartilha-por-que-o-brasil-precisa-de-uma-lei-para-reducao-dos-agrotoxicos/23183>>. (Acesso em maio/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

utilização de agrotóxicos, incentivo às compras governamentais de alimentos provenientes de produções orgânicas ou agroecológicas (sem veneno), incentivo aos produtores agroecológicos, avaliação periódica de agrotóxicos a cada 10 anos, dentre outras, que colocam a soberania alimentar, política e social de forma orgânica, como modelos de vida alternativos aos modelos de morte propostos pelo incentivo de uso de agrotóxicos¹⁵.

Nesse sentido nos aproximamos da perspectiva que trabalha com a ciclicidade da vida, que respeita o tempo orgânico da natureza e seus processos, bem como dos próprios sujeitos que estão imbricados nesse processo. Na prática, tecemos nossas redes de pesquisa, experiências e possibilidades outras durante a participação da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, entre os anos de 2019 e 2020 e é sobre essa soma de esforços, saberes e alternativas que nos dedicamos a falar na sequência desse texto.

A campanha contra os agrotóxicos é também pela vida.

Nadando contra a correnteza da conjuntura atual, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida é resistência, entre outros enfrentamentos, porque busca subverter a lógica posta, principalmente, por meio da disseminação da agroecologia como alternativa ao veneno. O agronegócio (e seus apoiadores) historicamente encurralou os camponeses e deslegitimou suas formas de cultivar e produzir alimentos - geralmente de baixos custos - apontando para uma única fórmula para sucesso e sobrevivência da agricultura: o pacote tecnológico da Revolução Verde. Diante disso, muitos se viram sem alternativas e apesar do baixo poder aquisitivo e com o auxílio do crédito rural, em um primeiro momento, conseguiram implantar o pacote em suas propriedades.

Passado tempo, o manejo através do pacote verde se tornou insustentável. Nesse sentido, surge a agroecologia, termo que se popularizou no Brasil na década de 1990, mas que surgiu nos Estados Unidos na década anterior, tendo como sua pioneira mundial, a engenheira agrônoma Ana Maria Primavesi. No Brasil, um trabalho pioneiro nesse sentido é o de Miguel Altieri (1989), *Agroecologia: bases científicas da agricultura sustentável*, e, junto a isso, somam-se os movimentos sociais que buscaram impulsionar essa nova relação com o solo (GUBUR; TONÁ, 2012), entre eles, cabe destaque para o Movimento dos

¹⁵ Para ler mais sobre os projetos de lei como o PRONARA, PNARA e PL do Veneno, consultar o documento da Cartilha na íntegra. <<https://terradereitos.org.br/acervo/publicacoes/cartilhas/53/cartilha-por-que-o-brasil-precisa-de-uma-lei-para-reducao-dos-agrotoxicos/23183>>. (Acesso em maio/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina, que desde o início do século XXI vem agregando em suas práticas e em suas agendas a pauta agroecológica, sendo fundamentais para o debate. A criação da Escola Latinoamericana de Agroecologia (ELAA), em 2005, dentro de um assentamento da reforma agrária do MST no Paraná é um símbolo disso, bem como e mais recentemente, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela Vida, que é uma parceira entre o MST e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ).

É importante ressaltar que a agroecologia é uma retomada de práticas tradicionais do manejo da terra que respeita os ciclos da natureza e vê o solo como um organismo dotado de vida. Mais do que isso, visto que a agroecologia não é apenas um manejo do solo, mas uma *forma de vida*. Além disso, a agroecologia significa a modificação da estrutura das relações sociais e de produção, representando o desenvolvimento de novas forças produtivas que possibilitem um futuro viável à humanidade e também outro modo de ser e viver (ANDRIOLI, 2017). Nesse sentido, a agroecologia é “de uma sensibilidade com a natureza que não desconsidera o ser humano e de uma afetividade com o humano que não descarta os meios e o ambiente em que esse humano é cultivado” (ANDRIOLI, 2017, p.15). É nessa sinergia, entre sujeitos e natureza, que a proposta da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida tece seus fios. Com o objetivo de sensibilizar a população brasileira sobre os riscos que os agrotóxicos representam. Desde 2011 a Campanha se lança como uma articulação entre diversas esferas, dentre elas, os movimentos sociais e populares, organizações não governamentais (ONGs), instituições de pesquisa e ensino engajadas, movimentos estudantis e sindicais, instituições públicas de pesquisa, entre outros¹⁶.

Há nove anos, em abril de 2011, nasce a Campanha Contra os Agrotóxicos e pela Vida a partir da articulação de movimentos como o MST, Via Campesina e Movimento dos Pequenos Agricultores com objetivo de protagonizar um modelo agrário através de uma agricultura que tenha por base a agroecologia, ao invés dos agrotóxicos e transgênicos, acreditando nas formas de vida propostas pelo campesinato e não pelo agronegócio,

¹⁶ De acordo com informações do site da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. <<https://contraosagrototoxicos.org/campanha-permanente-contra-os-agrototoxicos-e-pela-vida/>>. (Acesso em maio/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

sabendo que a vida é mais importante do que o lucro das empresas, o que faz considerar a Reforma Agrária Popular¹⁷ o pilar estrutural para a prática dessa mudança¹⁸.

Com a promoção da agroecologia como modelo de produção de alimentos a Campanha segue na realização de seminários, cursos e materiais que denunciam o modelo de agricultura perpetuado pelo agronegócio e seu uso abusivo de insumos químicos, monocultura e exploração de recursos naturais e humanos.

De acordo com Tygel et al. (2014), a campanha, lançada oficialmente a no dia 07 de abril de 2011, se mobiliza em um esforço coletivo (mais de 100 organizações nacionais e regionais) de denúncias dos impactos dos agrotóxicos e além disso, constitui uma rede de ação na luta a favor da vida e da natureza, na garantia da produção de alimentos saudáveis para a população e sua soberania alimentar, na luta contra os agrotóxicos, transgênicos e o agronegócio. Para as ações imediatas dessa grande articulação que é a Campanha, destacam-se cinco principais bandeiras: banimento no Brasil dos agrotóxicos já banidos em outros países do mundo, fim da isenção fiscal aos agrotóxicos, fim da pulverização aérea, defesa da água sem agrotóxicos e a conquista de territórios livres de agrotóxicos e transgênicos (TYGEL, et al. 2014).

Tygel et al. (2014) destacam ainda algumas ações e mobilizações realizadas pelo coletivo da Campanha, que consistem em materiais de comunicação¹⁹, com o objetivo de disseminar e possibilitar o acesso e conhecimento da população sobre a luta travada pela Campanha, demonstrando inclusive que os agrotóxicos não estão somente na roça, no espaço agrário, mas sim, presentes no dia a dia de toda a população, seja ela rural ou urbana.

A logomarca da campanha (Figura 02) denuncia que de fato o veneno está na mesa, no prato onde está o alimento que nutre nossos corpos diariamente – e que este veneno mata. Por isso a Campanha é permanente, pois a luta é cotidiana.

¹⁷ Proposta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Reforma Agrária Popular representa um projeto popular de desenvolvimento para o campo e para a sociedade, e “[...] norteia a construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio [...]” (ENGELMANN, 2016, página do MST). Ver mais em <<https://mst.org.br/2016/09/26/o-papel-da-reforma-agraria-popular-no-brasil/>>. (Acesso em setembro de 2020).

¹⁸ De acordo com informações do site da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida. <<https://contraosagrototoxicos.org/campanha-permanente-contra-os-agrotoxicos-e-pela-vida/>>. (Acesso em maio/2020).

¹⁹ Ibidem.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

Figura 02 – Logomarca da Campanha



Fonte: Disponível no site da Campanha Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, no link <https://contraosagrototoxicos.org/sdm_downloads/logomarca/>. (2019). Acesso em maio/2020.

Além disso, desde seus primeiros anos de atuação a Campanha constrói Cadernos de Formação, voltados ao seu público militante, para operacionalização e extensão dos saberes da Campanha em escolas, audiências públicas e demais espaços para além dela, bem como para produtores e militantes de movimentos sociais e populares, que colocam a “mão na massa” da agroecologia e demais alternativas de produção e consumo para uma vida salutar (TYGEL, et al. 2014).

Cartilhas, panfletos e informativos para trabalhos de base e propagação de informação e desenvolvimento de ensino-aprendizagem da Campanha foram sendo constantemente elaborados e compartilhados com a população, além de atos significativos em territórios ameaçados pelo agronegócio e seus agrotóxicos. No campo da ciência, Tygel, et al. (2014) relata que a Campanha recebeu e foi recebida com propostas da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), que culminaram na construção conjunta de um dossiê e também em relações horizontais aderidas pela Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA).

A materialidade da Campanha em formato de curso nos anos de 2019 e 2020 foi possibilitada mediante a articulação com a Fiocruz. Juntas, Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida e Fiocruz possibilitaram um diálogo de saberes entre a produção do conhecimento científico e os sujeitos dos territórios tradicionais que são acometidos pelos retrocessos marcados sob o avanço do agronegócio no campo.

Contextualizando o curso de formação da Campanha (2019/2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

Frente a tudo já percorrido até aqui, em 2019 e 2020 a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida organizou cursos de formação de base a fim de difundir a luta contra os agrotóxicos e a questão agroecológica para diversos âmbitos da sociedade. O curso foi composto por duas etapas: fase regional e fase nacional.

Na fase regional foram realizadas três etapas: a primeira no Centro-Oeste, especificamente em Várzea Grande-MT na primeira semana de julho/2019; a segunda regional foi a Sul/Sudeste, em Maringá-PR, na escola Milton Santos, entre os dias 22 e 29 de agosto de 2019 e por fim, a última fase regional foi a do Nordeste, que aconteceu em Lagoa Seca-PB, no Centro de Formação Elizabeth e João Pedro Teixeira, de 22 a 29 de setembro de 2019.

As turmas foram nomeadas, respectivamente, em homenagem a grandes nomes e mulheres da luta pela terra no Brasil, são elas: Teresa de Benguela, Margarida Alves e Elizabeth Teixeira. (Figura 03, 04 e 05).

Figura 03 – Turma Teresa de Benguela



Fonte: Arquivo pessoal (2020)

Figura 04 - Turma Margarida Alves.



Fonte: Arquivo pessoal (2019)

Figura 05 – Turma Elizabeth Teixeira.



Fonte: Arquivo Pessoal (2019).

De modo geral, as três fases regionais tiveram como base seis pilares: (1) análise de conjuntura, (2) a agroecologia como alternativa de resistência, (3) a relação dos agrotóxicos com a saúde dos ambientes e dos trabalhadores, (4) a legislação acerca dos

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

agrotóxicos assim como os direitos dos trabalhadores e como denunciar possíveis irregularidades, (5) as relações de gênero e raça no contexto rural e (6) a cartografia social como ferramenta de anúncios e denúncias. Além disso, é importante pontuar que as especificidades regionais também se fizeram presentes, entre outros aspectos, através da apresentação de casos emblemáticos das regiões e de trabalhos de campos locais. Outro ponto interessante é que ao final da fase regional Sul-Sudeste, foi possibilitado aos que tivessem interesse, uma vivência na 18ª Jornada de Agroecologia, que ocorreu na cidade de Curitiba/PR.

A fase nacional, que também foi a última etapa do curso, aconteceu na Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) em Guararema (SP), entre os dias 04 e 07 de fevereiro de 2020 (Figura 06). O encontro reuniu as três turmas das fases regionais, bem como membros e colaboradores da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida para uma organização também política acerca do ano de 2020. Foram quatro dias intensos de estudos e formação, com palestras e discussões conjuntas sobre análise de conjuntura política, com destaque para a política agrária nacional, sobre o papel da Campanha e atuação nos territórios, bem como uma ampla discussão focada em eixos socializadores de resultados dos tempos-comunidade, intervalo entre a realização de cada fase regional e a fase final, onde foi sugerido que os participantes do curso desenvolvem, em seus territórios, ações de formação que representassem a extensão e a materialização dos saberes compartilhados durante a sua respectiva fase regional da Campanha.

Figura 06 – Encontro final das três turmas do curso.



Fonte: Arquivo pessoal (2020).

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Desta Plenária Nacional, que finaliza o ciclo dos cursos iniciados em 2019, foram tirados encaminhamentos e avaliações de alguns eixos principais que mobilizam a Campanha, tais como: aspectos jurídicos e legislativos (desde a escala municipal até a escala internacional); formação, educação, pesquisa e produção científica; saúde, ambiente e biodiversidade; agroecologia, territórios de resistência e comunicação e disputa de narrativa – debate de ideias. O planejamento da Campanha a partir desses eixos demonstra a importância da interlocução entre a produção científica e os saberes dos sujeitos dos territórios e das comunidades tradicionais, que apontaram em suas apresentações dos resultados tempo-comunidade a disposição pela disputa de narrativas contra o agronegócio em seus modos de vida.

A Cartografia Social como ponte para as denúncias e os anúncios dos territórios.

Nossa relação direta com a Campanha foi proporcionada por um convite de mediar oficinas que abordassem a Cartografia Social como metodologia estratégica de anúncios e denúncias dos territórios em todas as fases (regionais e nacional), permitindo aos envolvidos no curso a apropriação de uma ferramenta que viabiliza demonstrar as agressividades e as resistências de cada território que se fez presente em todas as fases. Adryane Gorayeb e Jeovah Meireles, do Laboratório de Geoprocessamento (Labocart), da Universidade Federal do Ceará (UFC), em entrevista concedida à Rede Mobilizadores, em 2014, explicitam que a Cartografia Social é “um ramo da ciência cartográfica que trabalha, de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos”.

Nossas lentes geográficas entendem que o território não representa apenas a delimitação do espaço de determinados poderes de jurisdição, mas sim que este território está intimamente ligado às raízes e identidades dos grupos que o ocupam, construindo e sendo construído por relações simbólicas que configuram os sentimentos de pertencimento à terra e suas histórias de luta, ao meio onde são materializadas suas práticas, vivências, rituais, construindo sua identidade, que está intimamente legitimada pelo território e que também legitima o território vivido (GORAYEB E MEIRELES, 2014).

Nesse sentido, nossa proposta de construção para com a Campanha foi de proporcionar aos envolvidos a aproximação com esta metodologia, na perspectiva de que

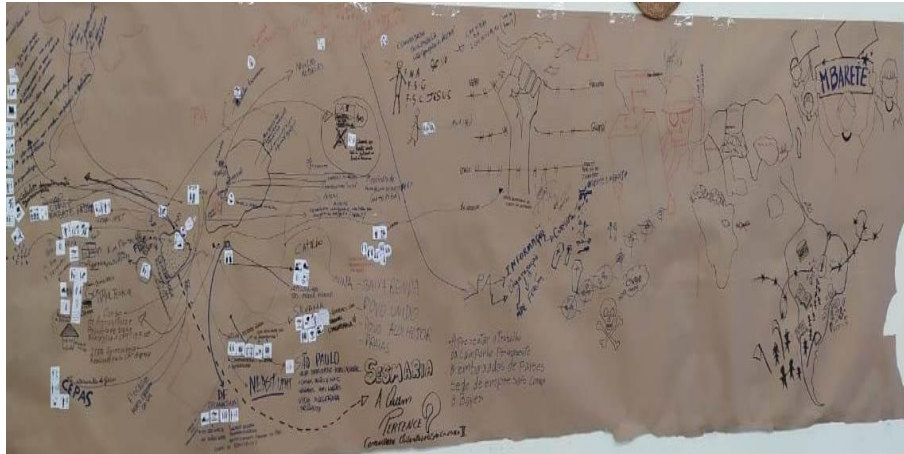
esta experiência pudesse visibilizar os territórios em questão na luta contra os agrotóxicos, como uma forma de “criar representações coletivas sobre o território [...] como possibilidade de afirmação de territorialidades e identidades particulares, como busca de visibilidade frente aos processos que os invisibilizam.” (ROCHA, 2015, p.48).

A cartografia social, um dos pilares no curso de formação proposto pela Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, teve como objetivo geral permitir que as pessoas pudessem se enxergar no território e mapear/anunciar práticas de alternativas ao veneno e mapear/denunciar casos envolvendo os agrotóxicos. Nesse sentido, as realidades e regionalidades divergem, em certa medida e por isso torna-se importante evidenciar cada experiência de forma particular.

A experiência com a cartografia social nas fases regionais foi trabalhada em três momentos: o primeiro foi de apresentação do que é essa ferramenta e de seu poder frente aos instrumentos de poder do capital, o segundo e mais geral foi a construção de um mapa do Brasil com os anúncios e denúncias, e, no terceiro momento, a turma foi dividida em grupos onde mapearam casos emblemáticos, tanto de anúncios quanto de denúncias de seus territórios (os grupos foram separados por proximidade geográfica). Neste último momento a produção dos mapas, desde seus desenhos até as legendas, ficou por conta dos grupos que construíram dentro de seus coletivos a sua própria cartografia. Por fim, os grupos apresentaram seus mapas à turma contando um pouco dos casos representados e das trajetórias de construção do mapa.

Na fase Centro-Oeste o que sobressaiu durante a experiência da Cartografia Social foi um retrato do enfrentamento aos agrotóxicos dos territórios presentes, pensando na aproximação às alternativas jurídicas que o curso possibilitou (Figura 07). A atividade da Cartografia revelou ainda o reconhecimento dos diferentes territórios, para que os sujeitos pudessem perceber quem era o coletivo que compunha a fase do curso (indígenas, quilombolas, Sem Terra, professoras do ensino básico, integrantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e pesquisadores de Universidades e Institutos).

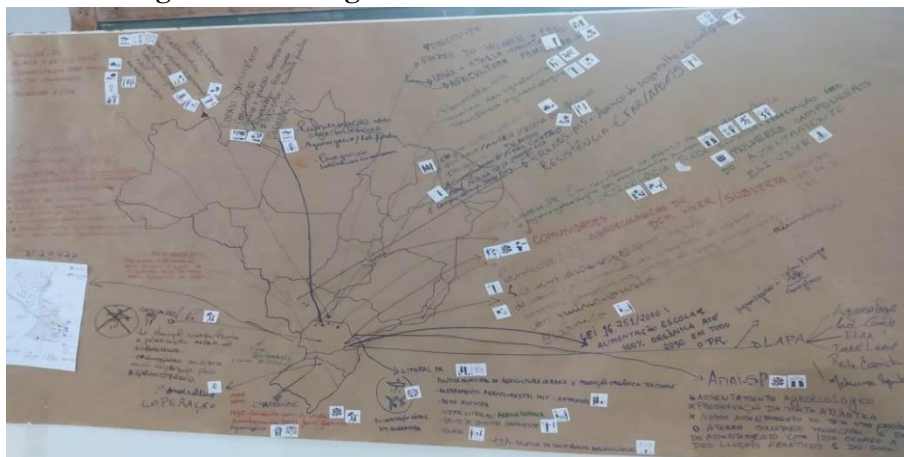
Figura 07 – Cartografia elaborada na fase Centro-Oeste



Fonte: Arquivo pessoal de Giordano Bruno Oliveira. (2019)

Já na fase Sul-Sudeste (Figura 08), sobressaíram as denúncias sobre a pulverização aérea por agrotóxicos que a região tem sofrido, com destaque e principalmente pelas monoculturas da cana de açúcar e do fumo. Foram enfatizados também os movimentos de resistência que os territórios presentes nesta etapa têm proposto em suas práticas cotidianas, como por exemplo, as produções agroecológicas e orgânicas, as pesquisas que visibilizam esses modelos de produção alternativos e a formas de vida em coletivo e cooperação das comunidades, principalmente dos militantes pertencentes ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesta fase contamos com a participação de uma professora do Paraguai, que revelou as relações de exploração sentidas principalmente na fronteira com o Brasil (na região da Usina Hidrelétrica de Itaipu) e o apagamento dos territórios e das comunidades indígenas no país.

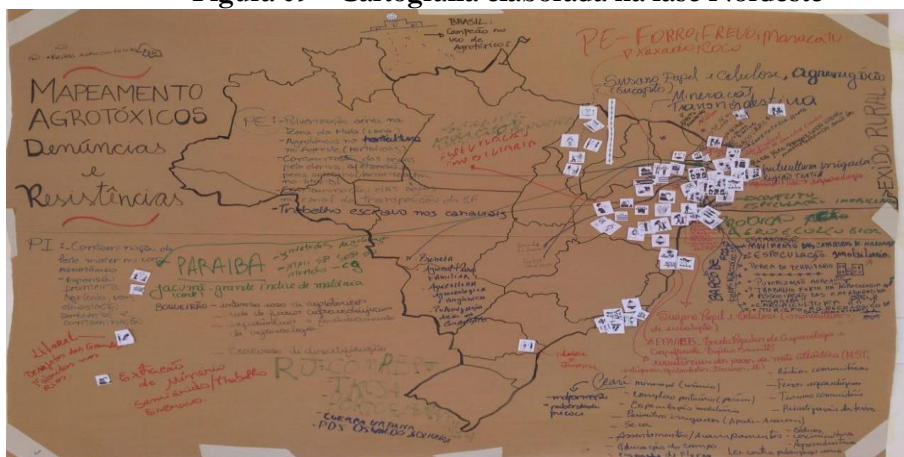
Figura 08 – Cartografia elaborada na fase Sul-Sudeste



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Durante a fase Nordeste (Figura 09) a cartografia social evidenciou uma diversidade de conflitos, dentre eles, destacam-se os relacionados com a especulação imobiliária no litoral, principalmente em praias de forte apelo turístico, bem como o avanço da carcincultura. Para além do litoral, as denúncias se relacionaram a pulverização, perímetros irrigados e a mineração. No sentido de anúncios de resistências a esses e outros processos, destacaram-se a lei pioneira de proibição da pulverização aérea no Ceará, assim como as iniciativas ao incentivo de cultivo e trocas de sementes crioulas da ASA (Articulação do Semiárido Brasileiro), além das feiras agroecológicas espalhadas pela região.

Figura 09 – Cartografia elaborada na fase Nordeste



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Para a Plenária Nacional, somamos nossos esforços com os demais companheiros do Coletivo Encontra (Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra), ao qual fazemos parte, para sistematizar em grandes mapas os resultados de denúncias e *Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.*

anúncios de todas as fases. Esses mapas ficaram expostos na Escola Nacional Florestan Fernandes durante os quatro dias de curso (Figura 10). Cada participante poderia acrescentar, retirar ou alterar informações a respeito de seu território, com o intuito de demonstrar na Cartografia Social aquilo que a proposta inicial lhes apresentou: símbolos, resistências e enfrentamentos que cada sujeito considera relevante para o seu próprio lugar.

Figura 10 – Cartografias finais expostas durante a Plenária Final.



Fonte: Arquivo pessoal (2019).

Na Plenária Final, durante a apresentação do material, agradecemos a possibilidade de participar de uma formação tão rica quanto a da Campanha e principalmente, de poder auxiliar, de certa forma, na soma de ferramentas e estratégias para representação dos territórios e das territorialidades de seus sujeitos.

Os participantes que se envolveram na construção dos mapas durante as etapas do curso, presentes na fase final, reafirmaram a importância dessa metodologia, muitos deles relatando que foi durante a Campanha que tiveram o primeiro contato com a Cartografia Social, demonstrando o importante aprendizado que fora possível absorver durante as oficinas e elaboração das sistematizações.

Além disso, para finalizar nossa experiência no grande coletivo, recebemos alguns retornos de pessoas que trabalharam com a Cartografia Social durante o tempo-comunidade, a exemplo de um participante de Goiás que realizou em um de seus trabalhos a elaboração de um mapa de Assentamentos na cidade de Goiás, inspirado pela Cartografia Social, para que pudesse facilitar no desenvolvimento de um Sistema de Comercialização Online de Produtos Agroecológicos. Os mapas sistematizados em software para devolutiva

final à Campanha ainda estão em finalização, seguindo os tempos e encaminhamentos dos Grupos Organizativos da Campanha, para posterior publicação.

Considerações finais

A experiência que a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida proporcionou em suas diversas fases é algo que se expande para além de um espaço formativo teórico - ele dá frutos: trocas, saberes tradicionais compartilhados, práticas nas comunidades, jeitos e afetos de fazer, de ser, de preservar e de cuidar. E também nos dá resistência e rebeldia: modos de enfrentar e resistir ao pacote de veneno que há tanto tempo (e muito mais intensificado neste atual governo) vem sendo perpetuado pelo agronegócio latifundiário, com a liberação diária de novos tipos de agrotóxicos, com a balela de que existe um percentual aceitável de veneno na comida, no corpo e no território e com a maior falácia midiática aliada: "o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo". Através de diversas ações e cursos, como os que aqui foram descritos, a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida busca subverter a conjuntura hegemônica que está posta.

Através da cartografia social foi possível visualizar quais eram as denúncias e os anúncios dos territórios representados, o que permitiu conhecer melhor com que situações estávamos trabalhando e quais seriam as alternativas, proposições para poder transitar às ações de tempo-comunidade e permanentes como um todo. Compartilhamos saberes e como resposta, diversos sujeitos puderam se reconhecer e reafirmar sua identidade de resistência cotidiana no combate aos agrotóxicos e a partir de alternativas, como a agroecologia, por exemplo, manifestada em diversos lugares, lançando a perspectiva de que a construção de uma vida saudável pode ser possível, se praticada e, colocando a vida como centralidade, a partir do cuidado em todos os nossos territórios: corpo, casa, comunidade, entre outros.

Foram dias de aprendizados teóricos e práticos intensos para evidenciar a importância da construção de outros mundos, de outros modos de vida, de produção e de alimentação. Reiteramos o significado de nosso fazer enquanto acadêmicas, juntamente de militantes de diversas comunidades, alçando uma conscientização coletiva que, embora encontre diversos “agro-desafios” pelo caminho, é a força motriz para unificar a luta e reverberar em todos os cantos desse país continental (e do mundo): agrotóxico mata.

Caderno Prudentino de Geografia, Prudente Prudente, Dossiê Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Referências bibliográficas

ANDRIOLI, A. I. Prefácio. In: BONI, Valdete, *et al.* (org.). **Mulheres camponesas e agroecologia**. Curitiba: CRV, 2017. 198p.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p.

BRASIL, **Lei nº 7.802/89, de 11 de julho de 1989**. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7802.htm>. Acesso em 15 de maio de 2020.

CAETANO, B. Desde o golpe contra Dilma, 1,2 mil novos agrotóxicos foram liberados no Brasil. **Central Única dos Trabalhadores (CUT)**. São Paulo, 03 de abril de 2019. Disponível em <<https://www.cut.org.br/noticias/desde-o-golpe-contradilma-1-2-mil-novos-agrotoxicos-foram-liberados-no-brasil-39d1>>. Acesso em 15 de maio de 2020.

CARNEIRO, F.F. et al. (org.) **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. – Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

DELGADO, G.C. Economia do agronegócio (anos 2000) como pacto do poder com os donos da terra. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA**. Edição especial. Julho de 2013. ISSN - 0102-1184. Disponível em <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/revista-abra-agronegocio-e-realidade-agraria-no-brasil.pdf>>. Acesso em 10 de maio de 2020.

GORAYEB, A. MEIRELES, J.. **A cartografia social vem se consolidando com instrumento de defesa de direitos**. [Entrevista concedida a] Eliane Araujo. Rede Mobilizadores. 2014. Eixo de Meio Ambiente, Clima e Vulnerabilidades. Disponível em <<http://www.mobilizadores.org.br/entrevistas/cartografia-social-vem-se-consolidando-com-instrumento-de-defesa-de-direitos/>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

GUBUR, D. M. P.; TONÁ N. Agroecologia. In: CALDARTE, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 57-65.

PACHECO, T.; PORTO, M.F.; ROCHA, D.F. Agrotóxicos, armas de uma guerra não declarada. In: CANUTO, A. et al. (coord.) **Conflitos no campo – Brasil 2015**. CPT Nacional – Brasil, 2015. 240 páginas.

PELAEZ, V. M. et al. **A (des)coordenação de políticas para a indústria de agrotóxicos no Brasil**. Revista Brasileira de Inovação, v. 14, p. 153-178

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, Dossiê “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência, n. 42, v. 4, p. 225-250, mês dez, 2020.

ISSN: 2176-5774

Dossiê Temático

“Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”

REIS, V. 2019 e os 197 agrotóxicos no Brasil. **Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO)**. Rio de Janeiro, 24 de maio de 2019. Disponível em <<https://www.abrasco.org.br/site/noticias/saude-da-populacao/2018-e-os-197-novos-agrotoxicos-no-brasil/40946/>>. Acesso em 03 de maio de 2020.

RIGOTTO, R.M.; ROSA, S.F. Agrotóxicos. In: CALDARTE, R. S. et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 86-94.

ROCHA, O.G. **Narrativas cartográficas contemporâneas nos enredos da colonialidade do poder**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba, 2015

TYGEL, A. et al. Campanha permanente contra os agrotóxicos e pela vida: construção da resistência brasileira ao avanço do capital no campo. In: RIVERA, F. T.; PINOL, A. B.; (coord.). **SALTAR LA BARRERA: Crisis socio-ambiental, resistencias populares y construcción de alternativas latinoamericanas al Neoliberalismo**. Instituto de Ciencias Alejandro Lipschutz / Fundación Rosa Luxemburgo Diciembre de 2014. Santiago de Chile. Disponível em <http://contraosagrotoxicos.org/wp-content/uploads/2017/01/saltar_barreras.pdf>. Acesso em 15 de maio de 2020.

Submetido em maio de 2020

Aceito em setembro de 2020